



FADIC – FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

INGRID EVELIN NERI DE ARRUDA

O FEMINISMO E A QUESTÃO DE GÊNERO NA ÍNDIA:

O processo de empoderamento da mulher indiana

RECIFE

2020.2

INGRID EVELIN NERI DE ARRUDA

O FEMINISMO E A QUESTÃO DE GÊNERO NA ÍNDIA:

O processo de empoderamento da mulher indiana

Trabalho de Conclusão de Curso submetido para a Faculdade Damas da Instrução Cristã, para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais. Sob a orientação da Prof. Dra. Luciana Lira.

RECIFE

2020.2

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

A779f Arruda, Ingrid Evelin Neri de.
O feminismo e a questão de gênero na Índia: o processo de empoderamento da mulher indiana / Ingrid Evelin Neri de Arruda. – Recife, 2020.
45 f. : il. color.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Luciana Lira.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2020.
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Questão de gênero. 3. Índia. 4. Mulher. I. Lira, Luciana. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.) FADIC (2020.2-317)

INGRID EVELIN NERI DE ARRUDA

O FEMINISMO E A QUESTÃO DE GÊNERO NA ÍNDIA:

O processo de empoderamento da mulher indiana

Trabalho de Conclusão de Curso submetido para a Faculdade Damas da Instrução Cristã, para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais. Sob a orientação da Prof. Dra. Luciana Lira.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientadora: Dra. Luciana Lira

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ –FADIC

Prof. Examinador: Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ –FADIC

Prof. Examinadora: Artemis Holdes

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ –FADIC

RECIFE

2020.2

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a meu avô materno, Reinor, que faleceu há quase 10 anos, mas fez parte do meu processo para eu me tornar essa mulher de hoje.

As mulheres que lutam todos os dias para se manterem vivas.

As mulheres vítimas da sociedade machista.

As mulheres vítimas de estupro e de toda violência.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento será a Deus, que nunca me deixou de lado, não desistiu de mim e me deu bastante força.

Agradeço também a minha mãe Cybelle que é uma das mulheres mais fortes que eu conheço.

A meus irmãos Ryan e Júlia, e minha avó materna Marisa, que são a minha base e tudo para mim.

A todos os meus amigos da vida que fiz durante a faculdade – Jennifer, Jessica, Tiago, Cristiano, Fernando e Marcone – que fizeram parte da minha construção profissional e pessoal.

As minhas amigas de longas datas Talita Andrade e Débora Lira por terem acreditado em mim e estarem comigo nos meus piores momentos.

A todos os meus amigos do CDD que me alegraram e me fizeram rir em momentos difíceis.

Agradeço também a minha querida professora e orientadora Luciana Lira pela paciência, e, também por toda inspiração e ensinamento sobre respeitar o diferente. Foi com ela que aprendi mais sobre o feminismo e aprendi a me desconstruir.

Ao professor Pedro Soares também por toda paciência e compartilhamento do seu conhecimento durante todo meu período acadêmico.

Aos meus professores da Faculdade Damas que fizeram parte da minha construção acadêmica e pessoal.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte da minha trajetória.

RESUMO

O estudo da questão de gênero nas Relações Internacionais é bem recente, pois existia um grande preconceito dos teóricos, e acreditavam que não influenciava em nada na sociedade. O que se pode observar é que no caso da Índia, é possível perceber o grande impacto da questão de gênero na sociedade. Apesar de estar evoluindo economicamente e politicamente, a Índia ainda possui um grande índice de violência contra a mulher, o que prejudica o desenvolvimento do país. Nesse trabalho vamos analisar o contexto histórico das mulheres na Índia, passando um pouco pelo período de pré independência para então entender o movimento das mulheres no pós independência, e que se mantém até hoje. Além do processo histórico, ainda será abordado os direitos que as mulheres conquistaram e conquistam até os dias atuais.

Palavras-chaves: Questão de gênero. Relações Internacionais. Mulher. Índia.

ABSTRACT

The study of the gender issue in International Relations is very recent, as there was a great prejudice from theorists, and they believed that it did not influence anything in society. In the case of India, it is possible to see the great impact of the gender issue on society. Although India is developing economically and politically, India still has a high rate of violence against women, which is detrimental to the country's development. In this final paper, we will analyze the historical context of women in India, going through the period of pre-independence to understand the movement of women in post-independence, which continues today. In addition to the historical process, will be also addressed the rights won by the Indian women.

Keywords: Gender issue. International relations. Woman. India.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 ENTENDENDO A QUESTÃO DE GÊNERO E O FEMINISMO.....	12
1.1 A questão de gênero.....	12
1.2 Feminismo no contexto histórico.....	15
1.2.1 Feminismo na Índia.....	17
1.2.2 Feminismo nas Relações Internacionais.....	20
2 O FEMINISMO INDIANO NO PÓS COLONIALISMO ATÉ INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	24
2.1 Os movimentos das mulheres no pré-independência.....	24
2.2 Feminismo no pós colonialismo.....	25
2.2.1 Movimento das mulheres a partir dos anos 70.....	26
2.3 Estupro e violência contra a mulher na Índia no século XIX.....	28
2.3.1 Lei da Proteção as Mulheres Contra a Violência Doméstica.....	29
2.3.2 A cultura do estupro.....	30
2.3.3 Estupro contra mulheres na Índia.....	31
3 RESISTÊNCIA E EMPODERAMENTO DA MULHER INDIANA EM UMA SOCIEDADE PATRIARCAL.....	34
3.1 Empoderamento feminino.....	34
3.2 Empoderamento da mulher na Índia.....	35
3.2.1 A mulher indiana e seu empoderamento pós 2001.....	36
3.3 Representação Feminina no 17º Lok Sabha.....	38
3.4 Empoderamento econômico das mulheres.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41

INTRODUÇÃO

Nos primeiros anos de discussões, a questão de gênero era apenas para diferenciar o sexo feminino e o masculino biologicamente. Até início do século XX a noção de condição de gênero era tratada a partir da diferenciação biológica entre o sexo feminino e sexo masculino. A questão de gênero sempre teve uma ligação muito forte com a questão da subordinação e marginalização na mulher, levando em consideração que, no contexto histórico no mundo, as mulheres sempre sofreram direta e indiretamente o preconceito e a violência praticada por uma sociedade machista, em que a mulher não tinha voz na sociedade, e muito menos em um contexto de política e economia internacionais.

O feminismo como matéria de estudo nas Relações Internacionais era pouco reconhecido, levando em consideração que durante muito tempo as teorias em que se acreditava que apenas o poder e a boa relação entre os países seriam a garantia de manutenção da soberania e da paz.

No olhar das teorias clássicas, as questões de gênero não influenciavam na soberania e segurança de um país, e, por esse motivo, o estudo da teoria feminista foi muito tardio. Segundo Nogueira e Messari (2005), com o estupro de mulheres se tornando uma arma de guerra, contribuindo para a limpeza étnica em algumas guerras, as Relações Internacionais não tiveram como evitar a importância da questão de gênero na Política Internacional.

Nesse contexto, é possível identificar que a Índia é um país que até os dias atuais sofre com a grande diferença entre os gêneros, e é perceptível marginalização da mulher na sociedade, sendo possível observar pelo grande índice de violência contra as mulheres, incluindo o estupro. Além disso, sempre estão sendo culpadas e odiadas desde a descoberta do sexo no ventre da mãe. Embora exista a garantia legal de igualdade de todos os cidadãos na sociedade indiana, ainda é necessário que o Estado formule políticas específicas para as mulheres, promovendo a proteção delas na sociedade.

No censo de 2011 observou-se, por exemplo, um crescimento nas taxas de alfabetização e educação das mulheres e meninas no país, atingindo 65% em comparação aos 10% do período pós-independência.

O feminismo tem sido cada dia mais olhado de forma positiva pela sociedade devido as suas grandes conquistas para as mulheres que por muitos anos permaneceram caladas com medo de serem julgadas.

As mulheres indianas por muitos anos sofreram e sofrem com a sua minimização na sociedade, sempre sendo banalizadas, criticadas, violentadas, apenas por ser quem são. Diante de tantos direitos limitados, as mulheres decidiram lutar a favor delas, mesmo ainda sendo com uma parcela pequena.

A luta feminista na Índia se iniciou desde 1947, onde vem promovendo lentas e graduais mudanças com relação ao espaço da mulher na sociedade, em que se destaca principalmente a educação.

Embora na constituição indiana exista a garantia legal da igualdade dos cidadãos, a questão da desvalorização do gênero feminino ainda é real, principalmente por estar ainda muito enraizada numa cultura patriarcal milenar.

A desvalorização da mulher manifesta-se socialmente e está nas próprias mulheres porque se trata de um fenômeno estrutural. A mulher nunca deveria ser vista como aquela que pode cuidar dos negócios da família, e sim como uma doação para outra família, por meio dos casamentos arranjados, por exemplo. As mulheres são vistas como propriedades da família, e isso faz parte da sociedade patriarcal que vive.

A desigualdade entre o homem e a mulher tem sido uma grande preocupação do Estado atualmente, que tem buscado adotar intervenções políticas para os casos, mas ainda continua resistente nas modificações de hábitos que são culturalmente internalizados pela sociedade.

Tais intervenções e preocupações do Estado vem sido conquistadas pela luta das mulheres indianas, que sempre estão buscando cada vez mais ter os seus direitos garantidos, e que passem a ser vistas com respeito e de forma igualitária pelos homens indianos.

Desde 1947 até os dias atuais, a mulher indiana tem conquistado os direitos de estarem vivas, de viverem numa sociedade normalmente, e de lutar por suas vontades, que devem ser externadas nesse trabalho.

Apesar da luta feminista está crescendo e conquistando muitos direitos civis e políticos na Índia, ainda sim, continua sendo uma população com o patriarcado enraizado em sua cultura.

1 ENTENDENDO A QUESTÃO DE GÊNERO E O FEMINISMO

1.1 A questão de gênero

Primordialmente, a questão de gênero era tratada apenas para diferenciar biologicamente o feminino e o masculino. Segundo Mello, na década de 1970, o gênero se tornou um conceito das ciências sociais, que se refere à construção social do sexo.

O conceito de gênero faz uma distinção entre o dimorfismo sexual da espécie humana e a caracterização de masculino e feminino que acompanham, nas culturas, a presença de dois sexos na natureza, ou seja, há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é condição realizada pela cultura. (Mello, 2010)

A construção dos gêneros se dá através da dinâmica das relações sociais. Os seres humanos só se constroem como tal em relação com os outros. (Carloto, 2010), ou seja, não nascemos mulheres ou homens, nós nos tornamos mulheres e homens, sendo resultado da elaboração que o ambiente social e cultura realizam. Como afirmou Simone de Beauvoir em sua obra clássica “O segundo Sexo”.

Assim como Mello (2010) acredita, Heilborn (1994), diz que o conceito de gênero sofreu um avanço, abandonando a definição tradicional de papéis sexuais, valorizando-se cada vez mais a dimensão de relatividade entre o indicador anatômico e a elaboração cultural.

Em A Dominação Masculina, Pierre Bourdieu (1999) explica a questão dos gêneros e a persistência das relações de dominação de gênero a partir do conceito de habitus, sistema (socialmente constituído) de disposições cognitivas e somáticas, modo de ser, estado habitual, especialmente do corpo, sujeito à inércia (resistência física à modificação de seu estado de movimento). A subjetividade de gênero, materializada, ou seja, expressada em posturas masculinas ou femininas (experiência individual), é continuamente realimentada e reforçada pela objetividade da realidade social, ou seja, por uma organização social baseada em divisões de gênero.

Segundo Bordieu (1999), “os gêneros são um par de opostos que constituem uma relação e as relações de gênero são relações de poder em que o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas”. Ou seja, o masculino sempre está em evidências quando se trata de relações de poder, e isso se dá devido a estrutura já

enraizada no nosso sistema. Tudo que envolve o masculino, tem mais poder; tem mais confiabilidade.

A experiência do mundo social legitima as divisões do mundo social como naturais.

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. (Bourdieu, 1999)

Como explica Bourdieu (1999), as diferenças de sexo e gênero são produto de “um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social” exercido sobre os corpos e as mentes. Além disso, é um trabalho histórico de muito tempo que faz com que seja visto como “uma construção social naturalizada (os gêneros como habitus sexuais), como o fundamento in natura da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade”.

Diante disso, é possível observar que conceito de gênero tem como origem cultural e estrutural, levando em consideração que é impossível pensar num processo humano fora da cultura ou uma cultura que não se estruture em torno do gênero, funcionando como organizador da vida social que afeta homens e mulheres. E mais, estão sempre em construção, nunca será uma estrutura fixa.

Inicialmente, o termo gênero era ligado automaticamente a “mulher”, sendo quase um sinônimo (Mello, 2010). O conceito de gênero como diferença sexual tem sido usado como base para as intervenções feministas na arena do conhecimento formal e abstrato (Lauretis, 1994).

Logo, a categoria gênero vai ser desenvolvida pelas teóricas do feminismo contemporâneo sob a perspectiva de compreender e responder, dentro de parâmetros científicos, a situação de desigualdade entre os sexos e como esta situação opera na realidade e interfere no conjunto das relações sociais (Carloto, 2010).

Conforme aponta Lauretis (1994), as concepções de masculino e feminino, em que todos os humanos são classificados, formam em cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais.

A questão de gênero está automaticamente ligada a subordinação da mulher, a opressão e marginalização da mesma. Isso fica mais nítido quando observamos culturas em que a dominação masculina está enraizada na estrutura social e política, em que a mulher, muitas das vezes, é humilhada e marginalizada. A sociedade indiana, nesse sentido, se encaixa totalmente como uma cultura que cultiva a valorização do homem, e desvalorização total da mulher, e muitas vezes, usando-a como apenas uma esposa e um objeto de procriação para seus filhos homens.

Entende-se que o gênero é ainda uma das primeiras formas de distribuir e significar o poder, sendo que o que é classificado como masculino tende a ser mais forte, superior e poderoso; ao passo que o que é considerado feminino é visto como mais fraco, com menos poder e por isso deve ficar sob a esfera de proteção e de submissão ao masculino. (Albernaz e Longhi, 2009)

Ou seja, o gênero feminino é dominado pelo gênero masculino, e como diz Spivak (2010) “A construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina).

O conceito de gênero nos estudos feministas, está ligado sempre a desconstrução das categorias de sexo feminino e sexo masculino, e que a importância do gênero na sociedade não é dita a partir da sua condição física.

Diante do contexto, Simone de Beauvoir, em uma das suas principais teses, no livro *O Segundo Sexo* (1949, edição 1980), afirma:

“Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino”

Ela afirma a distinção entre sexo e gênero, em que o primeiro fator é biológico, e o segundo é uma construção social. Ou seja, na construção social, ao longo da história, cada cultura criou os padrões de ação e comportamentos de determinado gênero. É devido a essa construção social que as mulheres são colocadas em posições não valorizadas. Além disso, Beauvoir também fala sobre a hierarquização social do gênero masculino sobre o feminino, em que acaba trazendo uma opressão para as mulheres.

Shashi Deshpande, em seus textos e romances, tenta mostrar que as mulheres são seres humanos como os homens, e não são criaturas inferiores. Os costumes e tradições existem em uma cultura patriarcal, porém vem acontecendo mudanças quanto a isso.

A concepção sobre as diferenças biológicas controla totalmente a vida social e política de uma mulher. Portanto, a teoria e o movimento feminista tem como papel lutar contra essa submissão da mulher imposta por uma sociedade patriarcal, e mostrar que ser mulher não se trata apenas de sexo e família, e a mulher sempre deve ser incluída, tendo voz na política e na economia.

1.2 Feminismo no contexto histórico

Diante da busca pela igualdade entre homens e mulheres, ou seja, com as reivindicações femininas, as primeiras movimentações feministas surgiram. O manifesto “Declaração do Direito das Mulheres”, escrito em 1791, por Olympe de Gouges, foi um dos marcos significativos referente ao feminismo e a luta de gênero. Segundo Franco, a militante denunciava o sexismo da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” – documento símbolo da Revolução Francesa – apontando-o como um documento que não contemplava os interesses das mulheres, excluindo-as da participação política e da atuação em cidadania. A mesma acreditava que deveria ter uma equidade entre homens e mulheres, em que as mulheres também possuíam direitos naturais, e com isso, teriam que participar das decisões políticas, e era algo que não ocorria. Olympe de Gouges criticou muitas vezes os abusos do antigo e novo regime da época, escrevendo contra os grandes líderes dos jacobinos – os mais extremistas da Revolução Francesa –, que não a perdoaram, levando-a presa por questionar os valores republicanos ditados, e assim condenada a morte, já que não tinha nenhum direito de defesa, sendo guilhotinada em 3 de novembro de 1793.

Apesar de fatos históricos que marcaram a luta pelos direitos das mulheres, apenas no século XX o movimento feminista se organizou e consolidou suas lutas, que foram posteriormente classificadas pelas teóricas feministas como ondas.

A primeira onda, se resume a basicamente a luta dos direitos civis das mulheres. Como o exemplo de Pande (2018), no Reino Unido, foi criada uma campanha para o direito ao voto feminino, e inclusive, em 1918, após a aprovação do Representation of the People Act, o voto feminino foi conquistado para mulheres acima de 30 anos, e em 1928 foi estendido para todas as mulheres acima de 18 anos. Os anos a seguir, de 1930 a 1940, teriam suas reivindicações atendidas: além de votar e serem votadas, poderiam se inserir nas escolas e participar do mercado de trabalho. Ainda, mesmo com esse movimento de reforma social, conhecido como movimento sufragista,

não houve mudanças radicais na estrutura de sistemas patriarcais, como o da Índia. Mesmo diante de pequenas mudanças na sociedade, é relevante considerar o movimento como o marco do movimento feminista.

Simone de Beauvoir, no período de transição da primeira para a segunda fase, denunciou em seu livro “O Segundo Sexo” as raízes culturais da desigualdade sexual da época. É aí que o feminismo começa a dar os primeiros passos para construção de uma teoria feminista.

Em 1960-1970, agora concentrado no direito das mulheres na família, sexualidade e família, além do contexto político das mulheres. Pande (2018) afirma que a segunda fase era trabalhada com as desigualdades culturais e políticas de forma conjunta e associada.

Foi nessa segunda fase, que era possível observar a criação de três organizações na Índia: Women’s India Association, National Council of Women in India and All India Women’s Conference. Segundo Pande (2018), todas essas organizações foram iniciadas entre 1917 e 1927 após a Primeira Guerra Mundial. Inclusive, é na segunda onda que as mulheres começam a identificar que uma mulher de classe média alta, e uma mulher de classe baixa vivem contextos diversificados na sociedade, assim como negras, brancas, e outras etnias. São os feminismos associados a outros marcadores, como os de classe e raça.

Já na terceira fase, que teve início em 1990 e está presente até os dias atuais, ainda de acordo com Pande (2018), as feministas se concentram na "micropolítica" e desafiam o paradigma da segunda onda sobre o que é ou não é bom para as mulheres, ou seja, é uma reação as supostas falhas do segundo movimento.

Quando se olha para os movimentos citados, é perceptível uma perspectiva ocidental e branca, mas é necessário analisar o olhar do feminismo indiano, aliás, dos feminismos indianos, até porque, por se tratar de uma sociedade com diversos tipos de culturas e religiões, existirão olhares e perspectivas diferentes.

O feminismo na Ásia é diferente, é vasto, e tem uma grande influência de suas principais religiões, como o hinduísmo, islamismo e siquismo, mas tendo como predominância o hinduísmo, em que o trabalho está baseado. É importante destacar que

todos os movimentos políticos e decisões sempre são baseadas em suas religiões, e não de forma generalizada.

1.2.1. Feminismo na Índia

No contexto indiano, os movimentos feministas têm muita ligação com as religiões. Na verdade, o feminismo é representado de formas diferentes dentro das religiões, sendo ela: hindu, mulçumana etc., como já citadas. É necessário observar que a Índia é um país com várias religiões, e cada uma ver o feminismo de uma forma diferente.

Na Índia, onde a espiritualidade desempenha um papel importante na vida de muitos indianos, o feminismo e a religião estão sendo usados como ferramentas para o empoderamento das mulheres e os crescentes apelos à igualdade religiosa. O que inicialmente começou como um movimento exigindo igualdade para os hindus de casta da Índia, a demanda por acesso igual a certas instituições religiosas para todas as classes e sexos tornou-se parte da maior luta por reformas sociais na Índia.

Segundo Pande (2018), no contexto indiano, é possível observar o feminismo e os movimentos das mulheres no antes da independência, e no pós independência. A divisão dos movimentos feministas na Índia é dividida em 3 fases: a primeira (1850-1915), a segunda (1915-1947) e a terceira fase (1947 até os dias atuais). Sendo a terceira fase dividida em “o período de acomodação (1947-1960)”, o “período da crise (1960-1975)” e “1975 até os dias atuais”.

A primeira fase acontece no momento histórico antes da independência indiana. No século XIX, o movimento das mulheres começou como um movimento social. E, segundo Gangoli (2007), a chamada “questão das mulheres” foi levantada por homens hindus de castas superiores, e defendidas pelos representantes coloniais reformistas. Uma das questões levantadas foram sobre a educação e o casamento de viúvas, no qual mulheres hindus de castas superiores começaram a rejeitar as controvérsias que enfrentavam nas tradições brâmanes. No final do século XIX, os movimentos que melhoravam o status da mulher na sociedade, começaram a perder força, devido aos movimentos nacionalistas da Índia, que resistiram as intervenções coloniais nas relações de gênero, passando a ser visto como um assunto interno na comunidade, que deveriam ser solucionados internamente.

Num contexto colonial, é importante destacar que a mulher colonizada sofria com o silêncio de forma duplicada, sendo delimitada por seu gênero, subordinada pelo patriarcado¹ e pelo colonialismo.

Repensando a história num contexto indiano ou a de qualquer outra sociedade que foi colonizada significa a construção de uma nova história na qual esse colonizado tenha direito a fala e principalmente que sua voz seja ouvida e, nesse sentido, permitir que sua história seja construída a partir de sua própria percepção. Spivak (2010) em seu livro “Pode o subalterno falar?” questiona o problema da mudez do sujeito colonizado, e principalmente analisa o problema da mudez enfrentado pelo gênero feminino.

A segunda fase, iniciada em 1915, tiveram algumas conquistas, como algumas organizações citadas por Pande (2018) nesse capítulo, e, além disso, foi durante esse período que a luta contra o domínio colonial se intensificou.

Em 1920, as mulheres indianas entraram numa nova era, definido como feminismo, em que as mulheres começam a se associar e trabalhar em prol das mulheres, como nas questões de educação. Além disso, Grangoli (2007) afirma que, as mulheres passaram a ter estratégias de subsistência para mulheres da classe trabalhadora, bem como associações de mulheres em nível nacional, como a All India Women's Conference, citada por Pande (2018). As mulheres nesse período desempenharam um papel importante em várias lutas nacionalistas e anticolonialistas. O nacionalismo tornou-se a causa preeminente nesse período, em que a mobilização das mulheres se tornou parte do nacionalismo. Segundo Pande (2018) e Grangoli (2007), Mahatma Gandhi legitimou e expandiu as atividades públicas das mulheres indianas, iniciando-as no movimento não violento de desobediência civil na década de 1930.

Esta foi também a primeira vez na história indiana, quando uma grande massa de mulheres foi mobilizada para fins políticos em uma organização de massa. Muitas das mulheres sentiram que sua luta era dupla. Eles estavam lutando não apenas com os senhores britânicos, mas também tinham que lutar contra o patriarcado em suas casas (Pande, 2018, tradução nossa).²

¹ É importante destacar que quando Spivak se refere ao sistema patriarcal, não está considerando a realidade patriarcal ocidental e sim a realidade específica indiana, uma vez que a teoria feminista é oriunda de outra realidade, que é o hemisfério norte.

² This was also the first time in Indian history when a large mass of women were mobilized for political purposes in a mass organization. Many of the women felt that their struggle was two pronged. They were fighting not only the British overlords but they had to fight against patriarchy in their homes too.

A terceira fase, iniciada em 1947 até os dias atuais, teve com uma de suas primeiras conquistas, o direito de votar das mulheres na constituição indiana, e isso se deu devido aos esforços das mulheres e o seu papel na luta pela liberdade.

Segundo Gangoli (2007, tradução nossa),

Enquanto organizações de mulheres como a All India Women's Conference continuavam operando nos anos seguintes à independência, e o Partido Comunista da Índia criou sua ala feminina (Federação Nacional das Mulheres Indianas) em 1954, os movimentos feministas foram menos ativos imediatamente após a independência em 1947, com agendas nacionalistas sobre a construção da nação, tendo precedência sobre as preocupações feministas.³

A Índia, após a independência precisou lidar com uma variedade de problemas, onde houve divisões de terras, migrações de outros povos, seguido pela Guerra na Caxemira, e o queda da economia que afetaria as mulheres.

Segundo Pande (2018), a dominação colonial esgotou os recursos naturais. Além disso, a industrialização, mudanças de tecnologias, analfabetismo e a falta de mobilidade resultou na incapacidade das mulheres de lidar com a nova ordem. Como os trabalhos delas foram desvalorizados, sem importância no mercado, os seus papéis na família também se tornou inválido, em que se tornou ainda pior com o passar do tempo.

Como falado no capítulo, a terceira fase é dividida em três períodos: o primeiro (1947-1960) se refere ao período de acomodação, em que, segundo Pande (2018), as mulheres desenvolveram consciência crítica sobre o seu papel e direitos na Índia independente:

As mulheres na Índia não tiveram que lutar por direitos básicos, como fizeram as mulheres no Ocidente. Este foi um período principalmente de acomodação. Algumas organizações adotaram medidas constitucionais, como a Lei do Casamento de 1954 e o Projeto de Lei do Código Hindu de 1955-56 (Pande, 2018, tradução nossa).⁴

No mais, *The National Federation of Indian Women* – afiliada a *Women's International Democratic Federation* –, faz parte do Partido Comunista na Índia, e

³ While women's organisations such as the All India Women's Conference continued to operate in the years following independence, and the Communist Party of India created its women's wing (National Federation of Indian Women) in 1954, feminist movements were less active immediately after independence in 1947, with nationalist agendas on nation building taking precedence over feminist concerns.

⁴ Women in India did not have to struggle for basic rights as did women in the West. This was a period primarily of accommodation. Some of the organisations took up constitutional measures such as The Marriage Act of 1954 and The Hindu Code Bill of 1955-56.

trabalhou bastante pelo fortalecimento dos direitos das mulheres, com projetos de leis como o de benefícios para a maternidade, a lei da proibição de dote etc.

O segundo período é marcado por crise econômica e estagnação, em que tem um aumento de preços, falta de terras, e com as pessoas insatisfeitas com toda a situação, tanto na área urbana, quanto na área rural. Nesse período, as mulheres se organizaram e se mobilizaram para um movimento anti-aumento de preços, em que era composto apenas por mulheres, para conter a grande crise econômica do país. Mesmo com o envolvimento das mulheres nesses tipos de movimentos, nessa época, as questões de gênero estavam apenas incluídas nas preocupações da economia, existindo uma luta para o combate a pobreza, porém não havia programas voltados apenas para as mulheres, como por exemplo, com questões de opressão das mulheres.

Depois desse período, houve promoções de algumas ONGs, e agora voltadas para o desenvolvimento das mulheres, oferecendo a elas um meio de se expressarem suas preocupações.

1.2.2 Feminismo nas Relações Internacionais

Na década passada, o feminismo como matéria de estudo nas Relações Internacionais era pouco reconhecido, e durante muito tempo foi mantido as teorias em que se acreditava que apenas as teorias tradicionais fariam com que houvesse uma manutenção da soberania e da paz. No olhar das teorias clássicas, as questões de gênero não influenciavam na soberania e segurança de um país, e por passarem muito tempo acreditando nessa linha de raciocínio, o estudo da teoria feminista foi muito tardio.

Nas Relações Internacionais, as abordagens teóricas que utilizam o gênero como categoria de análise de estudo, procuram sempre explicar as diferenças entre os gêneros e a constituição de identidades de homens e mulheres na sociedade.

As abordagens feministas, por exemplo, tentam sempre incluir as suas ideias e projetos dentro de uma dimensão política, e sendo muito além da superação da opressão feminina, mas também incluindo em pauta uma construção social e internacional mais justa, em que hierarquias, sejam de gênero, raça, etnia, não estejam mais presentes.

Segundo Monte, a construção política dos gêneros atua numa valorização maior do masculino e das atividades masculinas, em que resulta numa sociedade

hierarquizada, fazendo com que as atividades praticadas pelos homens sejam mais valorizadas e tenham mais prestígios diante das atividades que são consideradas femininas.

Essa hierarquização é uma construção política, na medida em que se distribui poder, autoridade e recursos de forma a privilegiar os homens (ou indivíduos associados a masculinidade), o acesso das mulheres aos recursos, ao poder e a autoridade é, por isso, desigual e desprivilegiado. (Monte, 2013)

Nas relações internacionais, autoras como Ann Tickner (1992) e Sandra Harding (1986) afirmam que houve uma entrada tardia da perspectiva feminista na disciplina. Apesar do feminismo existir em questões sociais, ele apenas entrou nos estudos das Relações Internacionais em 1980.

De acordo com Harding (1993),

As teorias patriarcais que procuramos estender e reinterpretar não foram criadas para explicar a experiência dos homens em geral, mas tão-somente a experiência de homens heterossexuais, brancos, burgueses e ocidentais. As feministas teóricas também procedem dessas mesmas camadas sociais- não por conspiração, mas em virtude do padrão histórico que faz com que apenas indivíduos a elas pertencentes disponham de tempo e recursos para fazer teoria e que unicamente mulheres dessa origem social possam se fazer ouvir.

Para Tickner (2001), a participação das feministas nas Relações Internacionais pode ser dividida em dois momentos, que ela mesma classifica como “duas gerações”. A primeira geração de feministas nas Relações Internacionais, preocupou-se em desafiar as ideias masculinas a partir dos quais se estruturavam as teorias centrais e conceitos atuais daquela época. Já a segunda geração, focou na investigação de casos empíricos, com o objetivo de dar visibilidade as questões de gênero e da vida das mulheres.

Depois de passar por essas fases, é que surgiu a terceira geração, que incluiu as feministas na disciplina de Relações Internacionais, e além disso, começou a ser menos focada no Ocidente, se tornando mais inclusiva, deixando de estar com o foco apenas em mulheres brancas da classe média alta, e passando a entender que as mulheres de diferentes etnias e classes vivenciavam a sociedade de maneiras diferentes.

Sylvester (1994), assim como Peterson e Runyan (1999) enxergam algumas possibilidades de trabalhar gênero nas Relações Internacionais.

Sylvester traz a distinção entre “o ponto de vista feminista” e o “feminismo pós-moderno”. Peterson e Runyan acreditam que o ponto de vista feminista, ou chamados por ela de “feministas de ponto de vista” é identificado na posição das

mulheres, em que estão engajadas na reflexão das mulheres nas Relações Internacionais, sempre buscando entender a ausência e a marginalização das mulheres nos espaços da disciplina, já que o foco das Relações Internacionais era nas teorias tradicionais.

Para Sylvester, o ponto de vista feminista é uma forma bem mais tradicional do feminismo, em que buscava apenas incluir as questões de gênero em questões de poder nas Relações Internacionais.

Já no feminismo pós-moderno, considerado por Sylvester, é passado a questionar o conceito de identidade. Além disso, acreditam no fato de que só incluir as mulheres na política internacional não mudaria muita coisa, muito pelo contrário, apenas estabeleceria um novo soberano.

Desse ponto de vista, as feministas pós-modernas rejeitam a posição do ponto de vista feminista da mesma maneira que rejeitam as posições dominantes na disciplina de Relações Internacionais. (Nogueira e Messari, 2005)

Segundo Lopez (2016), é preciso ter cuidado sobre o a ascensão da mulher na política, e que as atividades sobre igualdade entre indivíduos deve ser algo compartilhado entre os grupos sociais.

Um dos cuidados no debate sobre a ascensão da mulher na política está em não se afirmar que as mulheres em posições de poder e decisão conduzem melhor a política do que os homens, que são mais sensíveis às questões sociais, nem tampouco acreditar que a inclusão das mulheres seja a solução para as desigualdades de gênero na política. (Lopez, 2016)

Segundo Monte, devido a construção política de gênero, a posição das mulheres sempre está ligada ao poder em que há uma valorização do trabalho e as atividades consideradas masculinas, e devido a isso, se constrói uma hierarquização na política que privilegia os homens em detrimento das mulheres.

As diferenças de gênero no acesso a recursos, poder e autoridade afetam a *posição das mulheres* na sociedade; por outro lado, o *poder do gênero* se relaciona às maneiras, pouco comuns em RI, de pensar como nossas formas de ver e interpretar o mundo estão delimitadas pelo gênero. Certas normas e instituições são responsáveis pelas formas como somos socializados nas hierarquias de gênero, como internalizamos pressupostos culturais e os definimos como parte de nossas identidades. (Monte, 2013)

A análise feminista tem sido um esforço pela inclusão do gênero como uma categoria de análise, com o objetivo de compreender e evidenciar as formas pelas quais as normas de gênero estão presentes nas relações da vida social internacional e como se constroem, desconstroem e reconstroem-se mutuamente. Para as feministas, o gênero

é uma característica constitutiva da política internacional e da economia global, bem como da própria disciplina de Relações Internacionais.

2 O FEMINISMO INDIANO NO PÓS COLONIALISMO ATÉ INÍCIO DO SÉCULO XXI

2.1 Os movimentos das mulheres no período pré-independência

O gênero tem sido uma questão central na Índia desde o encontro colonial. Uma preocupação avassaladora com a questão da mulher surgiu do movimento de reforma social do século XIX, e foi nesse período que começaram os movimentos das mulheres, como já citado no capítulo anterior.

Nessa época, as ideias ocidentais de liberdade, igualdade e fraternidade estavam sendo absorvidas pela elite educada através do estudo do inglês e do contato com o Ocidente. Esse liberalismo do Ocidente estendeu-se para a questão das mulheres e foi traduzido em um movimento de reforma social.

Os movimentos de reformas na Índia, mesmo não sendo homogêneos, compartilhavam uma preocupação comum, que seria acabar com os males sociais, em resposta à brutalidade dos governos coloniais. O colonialismo estava acabando com a cultura indiana, diante disso, foi criada uma defesa cultural do povo indiano.

De acordo com Pande (2014),

“Os reformistas tentaram criar uma nova sociedade, que fosse moderna, mas estivesse enraizada na tradição indiana. Começaram um julgamento crítico da sociedade indiana para tentar criar um novo *ethos* isento de todas as aberrações sociais óbvias, como o politeísmo, a poligamia, a divisão em castas, o sati, o casamento infantil, o analfabetismo – tudo o que eles acreditavam serem impedimentos para o progresso das mulheres.”

Para os reformistas, as mulheres precisavam “evoluir” e não podiam estar “atrasadas”, o que para eles, as mulheres do século XIX não estavam em uma “boa posição”, e por esse motivo, eles precisariam melhorar o status das mulheres de forma geral, como com educação, com a legislação etc. Essa melhoria de status das mulheres da Índia também pode ter sido influenciada pela primeira onda do feminismo no Ocidente.

Mesmo com a melhoria do status das mulheres indianas, segundo Pande (2014), o movimento de reforma social não desafiou radicalmente a estrutura da sociedade indiana da época, e nem questionou a questão de gênero, apenas estavam reformando as questões que os britânicos estavam apontando como evidência, que fazendo a Índia regredir economicamente e socialmente. Até mesmo as instituições e organizações das

mulheres na época, eram comandadas pela voz dos homens, ou seja, o movimento não tinha autonomia por não ser comandado pelas mulheres.

As mulheres se engajaram na luta contra o colonialismo, inclusive eram encorajadas pelo Mohandas Karamchand Gandhi⁵, mas segundo Pande (2014), era apenas uma extensão do trabalho doméstico que elas faziam.

Durante esse período, os movimentos reformistas junto com o das mulheres, apoiaram a aprovação da lei que aumentava a idade de consentimento para o casamento, a abolição da prática de *sati*⁶ e a liberação da viúva para um novo casamento, especialmente se as mulheres não tivessem filhos.

Apesar das limitações, o movimento reformista ajudou a diminuir o preconceito contra a educação das mulheres, e ofereceu um pequeno espaço para elas na esfera pública, porque antes, o único espaço que as mulheres poderiam estar era o religioso.

2.2 Feminismo no Pós Colonialismo

Devido aos esforços das mulheres e seu papel na luta pela liberdade que elas conseguiram o direito ao voto e a igualdade na constituição da Índia.

Segundo Pande (2014), depois da independência, a Índia precisou lidar com uma série de problemas: a separação e migração de uma grande parte da população; a guerra em Kashmir⁷, o perigo da fragmentação territorial, o deslocamento econômico – que

⁵ Mohandas Karamchand Gandhi – conhecido como Mahatma Gandhi – transformou o anticolonialismo elitista indiano em um movimento de massas pela independência. Em 30 de janeiro de 1948, o líder que tinha se colocado a frente do movimento pela independência foi morto por um fundamentalista hindu no gramado de uma casa, ao norte de Delhi.

⁶ É um antigo costume entre algumas comunidades hindus, hoje em dia estritamente proibido pelas leis do Estado Indiano, que obrigava (no sentido honroso, moral e prestigioso) a esposa viúva devota a se sacrificar viva na fogueira da pira funerária de seu marido.

⁷ De forma resumida, o conflito de Kashmir é uma disputa territorial entre a Índia e o Paquistão (e entre a Índia e a China), pela Caxemira, a região localizada ao extremo norte da Índia Britânica – que tem uma importante posição estratégica entre o Afeganistão e o Tibete (que a China conquistaria em 1951). A Índia acredita que a Caxemira é uma parte integrante da Índia, enquanto o Paquistão diz que a Caxemira é um território disputado, e que só o povo da Caxemira pode determinar um estatuto definitivo. Com a chegada da independência da Índia, foi decidido a união do território com a Índia (embora a maioria da população desejasse ser incorporada ao Paquistão). Diante disso, estourou uma rebelião da comunidade islâmica contra o governo indiano, fazendo com a Índia reagisse, e então uma guerra não-declarada foi instaurada até julho de 1949, quando um acordo provisório foi assinado sob o comando da ONU. Um tempo depois, haveria um plebiscito para definir o destino de toda a região, mas a Índia não aceitou cumprir essa cláusula. E, em fevereiro de 1994, o Parlamento indiano declarou solenemente que a Caxemira (incluindo o território em poder do Paquistão) é parte inseparável da União Indiana.

Atualmente ainda existem movimentos na região da Caximira com apoio do Paquistão, ocasionando pequenos confrontos naquela região.

afetaria as mulheres – etc. E, durante as primeiras décadas, a maior preocupação era o crescimento econômico.

Com o passar das décadas, houve uma preocupação com a desigualdade e a redução da pobreza. Questões de gênero foram incorporadas às preocupações relacionadas à pobreza, e não havia programas específicos para as mulheres. Durante esse período, as mulheres estavam em movimentos em torno da lei contra o aumento de preços, e a lei de combate à fome, mas ainda não abordavam assuntos que envolvessem sua opressão como mulheres até os anos 70.

2.2.1 Movimento das mulheres a partir dos anos 70

O movimento de libertação das mulheres se deu através da radicalização da política indiana nos anos 60: protagonizados por camponeses pobres, agricultores marginais etc., principalmente por causa da crise e da desigualdade na Índia que só estava crescendo.

O ponto de virada veio na década de 1970, quando vários eventos – internos e externos da Índia – deram uma alavancada radical para o movimento feminino.

Segundo Patel (2010),

Em Maharashtra, mulheres ativistas e intelectuais envolvidas em movimentos progressistas tomaram a iniciativa de formar uma frente unida chamada *Anti-price rise Women's Committee* e organizaram ação direta contra os culpados que criaram a escassez de bens essenciais feita pelo homem.

Milhares de mulheres pobres juntaram-se na luta sob a liderança de mulheres experientes como: Mrinal Gore, Ahalya Ranganekar, Manju Gandhi e Tara Reddy. Essas mulheres conquistaram as massas, pois elas eram capazes de alcançar mulheres de várias classes sociais.

Mulheres em diferentes grupos políticos em toda a Índia estavam se sentindo descontentes com os preconceitos patriarcais em suas organizações, mas só se manifestaram abertamente contra isso depois. Foram surgindo movimentos independentes, autodeterminados e democráticos, que questionaram todas as estruturas hierárquicas. Esses movimentos levantaram uma série de questões como direito a salário, emprego, segurança no local de trabalho etc, e muitas mulheres participaram dessas lutas.

De acordo com Patel (2010, tradução nossa), “a Declaração da ONU de 1975 como o Ano Internacional da Mulher coincidiu com a *Indian Emergency*⁸ na Índia. Quando a Emergência foi levantada, vários grupos de mulheres haviam se desenvolvido em torno de questões de direitos democráticos.⁹” Devido a essa coincidência, a imprensa entrou em ação após o silêncio de 2 anos imposto sobre as mulheres.

Este foi o início de novos movimentos sociais, nos quais as vozes populares das mulheres estavam encontrando os seus caminhos. Entre 1977 e 1979, novos grupos de mulheres surgiram em cidades indianas como Delhi, Bangalore etc. Nesse período, foi organizado ações de protesto contra assassinatos por dote, representação sexista das mulheres, filmes pornográficos, introdução de testes de virgindade, etc.

O ápice dessas lutas foi alcançado na década de 80, quando muitos grupos de mulheres foram para as ruas protestar.

Durante a década de 1980, a questão da opressão das mulheres foi retratada não apenas em fóruns de discussão, seminários e artigos "sérios", mas também na mídia popular. As mulheres, que por si mesmas identificaram as fontes de seus problemas e indignidades, começaram a adquirir uma linguagem, uma plataforma organizacional, uma identidade coletiva e uma legitimidade que antes não possuíam. (Patel, 2010)¹⁰

Com as mulheres ativas nos movimentos e lutando pelos seus direitos, a pedido das Nações Unidas, o governo indiano nomeou um Comitê sobre o Estatuto da Mulher. O *The Status of Women's Committee*, divulgou um relatório em busca da igualdade, que foi levado para o Parlamento da Índia, e acabou recebendo uma grande visibilidade da mídia, pois o relatório descrevia a realidade da mulher indiana, inclusive uma grande taxa de mortalidade feminina, e também a marginalização delas, excluindo-as da economia e retirando direitos. Mas, de acordo com Pante (2010), o relatório não lançou nenhuma luz sobre a violência contra as mulheres na sociedade, porém forneceu um

⁸ The Indian Emergency of 25th June 1975-21st March 1977 was a 21 month period, when President Fakhruddin Ali Ahmed, upon advice by Prime Minister Indira Gandhi, declared a state of emergency under Article 352 of the Constitution of India, effectively bestowing on her the power to rule by decree, suspending elections and civil liberties. This was a dramatic turn in the Indian political affairs. The democracy was brought to a grinding halt and all the fundamental rights and legal remedies protected by the Constitution of The Republic of India were suspended. Indira Gandhi tried to defend the emergency on the grounds that she was trying to protect the State and the Indian people. Nevertheless, her emergency rule faced immense criticism and is undoubtedly one of the most controversial periods of the political history of Independent India. Fonte: (<https://www.mtholyoke.edu/~ghosh20p/>)

⁹ “The UN Declaration of 1975 as an International Women’s Year coincided with the Emergency Rule in India. By the time the Emergency was lifted in 1977, several women’s groups had developed around democratic rights issues.”

¹⁰ During the 1980s, the issue of women’s oppression was depicted not only in discussion forums, seminars and ‘serious’ articles but also in the popular media. Women, who had on their own identified the sources of their problems and indignity, began to acquire a language, an organisational platform, a collective identity and legitimacy they did not have earlier.

apoio financeiro a acadêmicos comprometidos com a causa das mulheres, para conduzir pesquisas sobre os problemas enfrentados por mulheres em grupos de pobreza.

Nesse período, uma nova lei foi aprovada contra o estupro, mas essa lei não era seguida devido a força do patriarcado, e a violência contra as mulheres continuou. Inclusive, muitas mulheres sofriam após o casamento, sendo torturadas e até mortas por não cumprirem as exigências de dote, e assim, foi criada uma lei anti-dote.

Além disso, com o avanço da tecnologia, foi possível descobrir o sexo do feto antes de nascer, e com isso, houve os primeiros abortos de fetos femininos. E, mais uma vez, os grupos de mulheres, lutaram por uma lei central, que foi aprovada, e proibiu esse tipo de ação.

Já na década de 90, as mulheres estavam cada vez mais participativas nos movimentos feministas, fazendo intervenção política, ou seja, as mulheres faziam parte dos órgãos formuladores de políticas. Inclusive, em 1995, as mulheres fizeram um documento para a Conferência de Pequim. Krishnaraj (2012), afirma que, nesse período, os movimentos feministas estavam mais diversificados, e que muitas mulheres estavam lutando em outras frentes, como: meio ambiente, direito dos moradores da floresta, contra o deslocamento de pessoas e perdas de suas terras etc.

Apesar de ser diversificado, a luta principal não foi esquecida. O movimento das mulheres enfatiza que a violência contra a mulher é uma manifestação de relação de poder desigual entre homens e mulheres, e é por esse motivo que é preciso lutar a favor da justiça de gênero e pelo empoderamento feminino. Segundo Sen (2000), o empoderamento é a palavra-chave da década de 1990 na Índia, mesmo havendo pouco consenso sobre a definição e o uso do termo.

2.3 Estupro e violência contra a mulher na Índia no século XXI

Mesmo que pareça que as mulheres indianas, no século XX, alcançaram os seus direitos e empoderamento, ainda no século XXI é possível observar a influência do poder patriarcal na Índia.

Em 2005, a Lei de Proteção as Mulheres contra a Violência Domestica foi criada para proteger as mulheres da violência doméstica. Mas, finalmente, o que é e quais são as definições mais importantes dessa lei?

2.3.1 Lei de Proteção às Mulheres contra a Violência Doméstica

Lei criada em 2005, que visa proteger as mulheres da violência nas relações domésticas. Dentro da lei, existem várias definições, como: A definição de violência doméstica; definição de pessoa lesada/vítima; de culpado/acusado; de relacionamento doméstico; e de criança.

A definição de violência doméstica é bem escrita e abrangente. Abrange abusos mentais e físicos, e também ameaças de fazer o mesmo. Qualquer forma de violência como: assédio, coerção, dano à saúde, segurança, integridade física ou bem-estar está coberta. Dentro de violência doméstica, existem várias definições: abuso físico, abuso sexual, abuso verbal e emocional, e abuso econômico.

No abuso físico, a legislação define um ato ou conduta de natureza a causar dor corporal, dano ou perigo de vida, membro ou saúde ou prejudicar a saúde ou o desenvolvimento da pessoa lesada. O abuso físico também inclui agressão, intimidação criminosa e força criminosa.

O abuso sexual é definido como conduta de “natureza sexual” que abusa, humilha, degrada ou de outra forma viola a dignidade de uma mulher.

A terceira definição, no caso do abuso verbal ou emocional, é considerado insultos de qualquer forma, incluindo os relacionados a incapacidade de ter um filho homem, e até ameaças.

E finalmente, o abuso econômico, que é categorizado como a privação de recursos financeiros necessários para a sobrevivência da mulher e seus filhos, a alienação de quaisquer bens etc.

A definição de pessoa lesada/vítima inclui qualquer mulher que tenha ou tenha tido uma relação doméstica com o acusado e que alega ter sido vítima de violência doméstica por parte deste.

O acusado inclui qualquer homem adulto que tenha estado ou esteja em um relacionamento doméstico com a mulher lesada, e contra quem a mulher tenha buscado alívio ou qualquer parente masculino ou feminino do marido ou parceiro de uma mulher casada ou uma mulher em um relacionamento em a natureza do casamento.

Em relação ao significado de relacionamento doméstico, é qualquer relacionamento que duas pessoas viveram juntas em uma casa compartilhada e essas pessoas são: relacionado por consanguinidade (relações de sangue); relacionamento pelo casamento; por adoção; membros da família que vivem em uma família conjunta.

E finalmente, a definição de criança, que é qualquer pessoa com menos de dezoito anos e também inclui filho adotivo, adotado ou enteado.

Além das definições acima, a lei defende o recurso para vítimas, acolhendo-a, dando apoio médico, abrigos, aconselhamento, assistência jurídica, ordens de proteção e até a custódia dos filhos.

Mesmo diante da legislação, a violência não foi extinguida. Isso acontece pelo não cumprimento dos deveres especificados, e por isso as vítimas não são capazes de fazer uso dos seus benefícios.

Devido a cultura do estupro enraizada no sistema patriarcal, os números dessa violência só aumentam, e não só relacionado a violência doméstica. Tanto é que, houve uma mudança no termo estupro no Código Penal Indiano em 2013.

2.3.2 A cultura do estupro

A cultura do estupro é um ambiente no qual o estupro é prevalente e que a violência sexual contra a mulher é normalizada e justificada na mídia e na cultura popular. Na Índia e no Ocidente, há uma tendência de interpretar a violência de gênero e a misoginia na Índia como uma expressão “cultural” e de “tradição”.

A cultura do estupro é perpetuada por meio do uso de linguagem misógina, a objetificação dos corpos das mulheres e a exaltação da violência sexual, criando assim uma sociedade que ignora os direitos e a segurança das mulheres.

Em um artigo jornalístico publicado em janeiro de 2013¹¹, no Outras Mídias, uma mulher chamada Vandana Shiva, fala um pouco sobre a violência contra a mulher na Índia:

A violência contra as mulheres é tão antiga quanto o patriarcalismo na Índia. O patriarcalismo tradicional estruturou nossas visões de mundo e nossas mentes. Moldou o universo sociocultural indiano na dominação sobre as mulheres, negando-

¹¹ Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-cultura-do-estupro-ronda-a-india/>

lhes a humanidade e o direito à igualdade. No entanto, essa dominação se intensificou e se tornou mais perversa recentemente, tomando formas mais brutais.

Ela ainda completa que está “consciente do preconceito de gêneros arraigado na sociedade indiana tradicional”.

A cultura do estupro afeta todas as mulheres. O estupro de uma mulher é uma degradação, terror e limitação para todas as mulheres. A maioria delas limitam seu comportamento por causa da existência de estupro, e vivem com medo. Os homens, em geral, não. É assim que o estupro funciona como um meio poderoso e, faz com que toda a população feminina seja mantida em uma posição subordinada a toda a população masculina, mesmo que muitos homens não estuprem e muitas mulheres nunca sejam vítimas de estupro. Este ciclo de medo é o legado da cultura do estupro.

2.3.3 Estupro contra mulheres na Índia

O estupro tem sido muito usado como forma de intimidar as mulheres indianas, e isso se tornou cada vez mais normal em sociedades patriarcais, que utiliza do ódio para machucar as pessoas, e a principal vítima é a mulher.

Os estupros na Índia são vistos por toda Comunidade Internacional, e passou a enxergar ainda mais quando ocorreu o caso de Nova Délhi em dezembro de 2012, em que a estudante Jyoti Singh Pandey sofreu um estupro coletivo. A estudante foi estuprada brutalmente por seis homens dentro de um transporte coletivo enquanto voltava do cinema com o um amigo. Na sua viagem de volta para casa, os homens agrediram o seu amigo, e logo em seguida cometeram o ato de covardia contra a estudante.

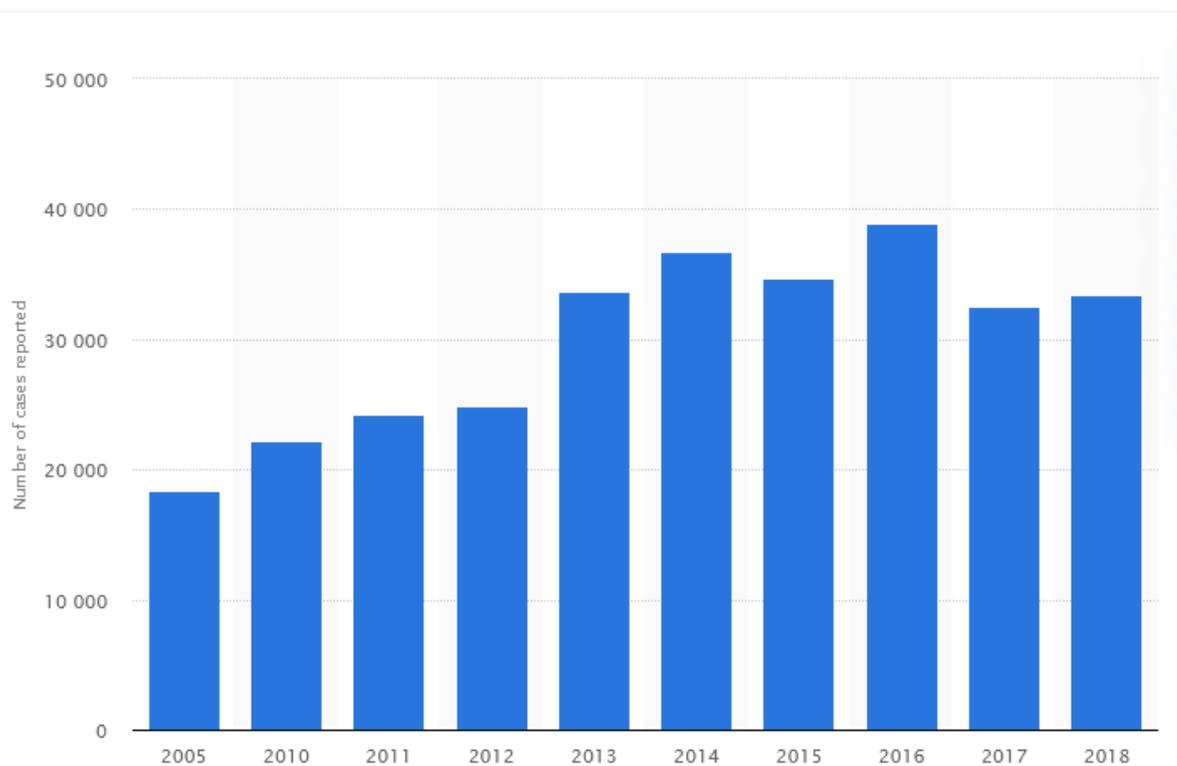
O caso chocou o mundo e foi amplamente noticiado devido à brutalidade do crime. Inclusive a partir do documentário intitulado como “India’s Daughter”, dirigido por Leslee Udwin, que narra todos os aspectos do crime ocorrido, e traz, pela primeira vez, entrevistas com os acusados, que dizem não se arrepender do que cometeram, pois a mesma estava na rua tarde da noite, e que estava pedindo para ser violentada e estuprada.

Durante esse período retratado no documentário, uma onda de protestos por todo país e no mundo foram realizados. A violência contra a estudante levantou ainda mais o debate acerca do tratamento desigual que a mulher recebe na Índia.

Com a pressão internacional e nacional, inclusive das Nações Unidas, houve mudanças na legislação indiana. A primeira aconteceu cinco meses após a morte de Jyoti, ampliando a definição de estupro e estipulando penas mais severas, estipulando 20 anos de reclusão ou até prisão perpétua.

Ademais, o caso de Jyoti não é o único. Os estupros são recorrentes na Índia, e mesmo depois de anos do caso, a Índia obteve pouco progresso na prevenção de crimes contra as mulheres. Abaixo é possível observar um gráfico referente ao número de casos de estupros reportados na Índia, entre os anos de 2005 a 2018.

Figura 1: Número total de casos de estupro relatados na Índia de 2005 a 2018



Fonte: Statista Research Department, reported rape cases in India, 2020¹²

Observa-se que, de 2005 a 2016 houve um grande aumento nas denúncias referente a estupro, e que de 2017 a 2018 os números caíram em relação a 2016, mas mesmo assim, essa queda pode estar relacionada ao medo e a vergonha das mulheres de

¹² Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/632493/reported-rape-cases-india/>

denunciarem, e não por ter tido uma queda no número de casos. Em 2018, o total foi de 33.356 denúncias de estupro.

Naquele ano, segundo o Statista (2020), mais de 93% dos estupros foram cometidos por alguém conhecido da vítima.

A cada dia, as mulheres indianas sentem mais medo de viver na sociedade, e acabam se privando, evitando até de trabalhar para não serem surpreendidas de forma negativa na rua. É tão preocupante que em 2013 foi efetivada a Lei de Assédio Sexual a Mulheres no Local de Trabalho¹³.

Diante do que foi dito neste capítulo, é de suma importância retratar o quão o empoderamento das mulheres pode ajudar nesse processo de liberdade da violência, mostrando a resistência delas na Índia, e o quanto essa questão é importante para que o seu status na Índia possa ser melhorado, e então elas conquistarem ainda mais a liberdade de ir e vir, liberdade financeira, e principalmente o direito de estarem livres da violência.

¹³ Disponível em: <http://legislative.gov.in/sites/default/files/A2013-14.pdf>

3 RESISTÊNCIA E EMPODERAMENTO DA MULHER INDIANA EM UMA SOCIEDADE PATRIARCAL

3.1 Empoderamento feminino

O conceito de empoderamento das mulheres é um conceito amplamente usado em diferentes contextos. Assume uma perspectiva multidimensional e envolve uma tomada de consciência do poder por parte das mulheres, o reconhecimento de suas capacidades, seus direitos e oportunidades de desenvolvimento em todas as esferas da vida. Portanto, o empoderamento das mulheres é um processo de conscientização e ação orientada pela noção de autonomia das mulheres em relação à participação econômica, política e desenvolvimento social. Ou seja, o empoderamento dá condições para que as mulheres sejam capazes de fazer as suas escolhas.

Segundo Khanday *at all* (2016),

O empoderamento das mulheres começa quando as mulheres se tornam cientes da injustiça social, psicológica e cultural que está sendo feita a ela e também como a desigualdade e desigualdade de gênero e as forças sociais, culturais, econômicas e políticas estão afetando-a adversamente em todas as esferas de sua vida. Começa quando ela se torna plenamente consciente de sua autoimagem positiva, autoestima, direitos e deveres positivos, de suas capacidades e potencialidades.¹⁴

Na perspectiva feminista, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia e a liberdade da mulher.

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres é o processo da conquista da autodeterminação. E trata-se, pa-ra nós ,ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal (SARDENBERG, 2006).

O empoderamento tem um significado de poder e de aquisição de uma independência econômica. A ONU Mulheres criou, chamada de os “Princípios de Empoderamento das Mulheres”, e esses princípios são um conjunto de considerações que fazem com que exista a equidade de gênero e ao empoderamento das mulheres nas atividades sociais e da economia.

¹⁴ The empowerment of the women begins when women becomes aware of the socially psychologically, and culturally injustice that is being done to her and also how gender inequality and inequity and gender and social-cultural, economic and political forces are affecting her adversely in every sphere of her life. It starts when she becomes fully aware of her positive self-image, self-esteem, positive rights and duties, of her capabilities and potentialities.

3.2 Empoderamento da mulher na Índia

O empoderamento das mulheres na Índia é fortemente dependente de muitas variáveis diferentes que incluem localização geográfica, status educacional, status social (casta e classe) e idade.

As políticas sobre o empoderamento das mulheres existem nos níveis nacional, estadual e local em muitos setores, incluindo saúde, educação, oportunidades econômicas, violência de gênero e participação política. No entanto, existem lacunas significativas entre os avanços das políticas e a prática real no nível da comunidade.

O princípio da igualdade de gênero está consagrado na Constituição da Índia em seus Direitos Fundamentais, Deveres Fundamentais e Princípios Diretivos.

A Constituição não só confere igualdade às mulheres, mas também confere ao Estado poderes para adotar medidas de discriminação positiva em favor das mulheres.

No âmbito de uma política democrática, segundo Mokta (2014),

As leis, políticas de desenvolvimento, planos e programas têm como objetivo o avanço das mulheres em diferentes esferas. Do Quinto Plano Quinquenal (1974-78) em diante, houve uma mudança marcante na abordagem das questões femininas do bem-estar para o desenvolvimento e, a partir do Oitavo Plano Quinquenal, a ênfase foi mudada do desenvolvimento para o empoderamento.

Nos últimos anos, o empoderamento das mulheres foi reconhecido como a questão central na determinação da condição feminina. A Índia também ratificou várias convenções internacionais e instrumentos de direitos humanos que se comprometem a garantir a igualdade de direitos das mulheres. O principal deles é a ratificação da Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) em 1993. Além disso, existe também a Comissão Nacional para Mulheres que foi criada por uma Lei do Parlamento em 1990 para salvaguardar os direitos e direitos legais das mulheres.

Ainda segundo Mokta (2014),

A conferência do Cairo em 1994 organizada pela ONU sobre População e Desenvolvimento chamou a atenção para o empoderamento das mulheres como um foco central e o PNUD desenvolveu a Medida de Empoderamento de Gênero (GEM), que se concentra nas três variáveis que refletem a participação das mulheres na sociedade - poder político ou tomada de decisão, educação e saúde.

Diante disso, conseguimos observar a evolução dos direitos das mulheres ao decorrer dos anos. E, em 2001, o Governo da Índia declarou o Ano do Empoderamento das Mulheres, e a Política Nacional de Empoderamento da Mulher foi aprovada ainda neste ano. Contudo, as bases estruturais e culturais que alicerçam a desigualdade de

gênero no país ainda atua no sentido de perpetuar essa condição histórica em suas diversas manifestações.

3.2.1 A mulher indiana e seu empoderamento pós 2001

A Política de Empoderamento da Mulher, criada em 2001, teve como objetivo promover o avanço, o desenvolvimento e o empoderamento das mulheres, estimulando a participação ativa de todas as partes interessadas para o seu alcance. Esses objetivos, segundo Makta (2014), incluem: criar um ambiente favorável por meio de políticas econômicas e sociais para que as mulheres pudessem se desenvolver, e ter noção do seu potencial da comunidade; o direito a usufruir de fato todos os direitos humanos e liberdade em todas as esferas (política, econômica, social, cultural e civil); igualdade para que as mulheres possam ter direito de cuidar de sua saúde, da sua educação e do seu futuro profissional; fortalecimento no campo jurídico para eliminar a discriminação contra às mulheres; falar e incorporar a questão de gênero no processo de desenvolvimento da sociedade; eliminação de todas as formas de violência contra mulheres e meninas indianas; e principalmente construir e estabelecer uma relação de parceria com a sociedade civil, principalmente organizações formadas por mulheres.

Além disso, algumas iniciativas foram criadas nessa época para capacitar os grupos vulneráveis e as mulheres, como o *Janani Suraksha Yojana*, que segundo o *National Health Portal* da Índia¹⁵, é uma intervenção de maternidade segura sob a *National Rural Health Mission (NRHM)* sendo implementada com o objetivo de reduzir a mortalidade materna e neonatal, promovendo o parto institucional entre as mulheres grávidas pobres.

O projeto Yojana, lançado em 12 de abril de 2005, pelo Primeiro Ministro da época, foi implementado em todos os estados com foco especial nos estados de baixo desempenho, dando apoio as mulheres até no pós parto.

Além desse projeto, ainda foi criado em 2010 o *Rajiv Gandhi Scheme for Empowerment of Adolescent Girls*, que visa ajudar adolescentes meninas nas necessidades nutricionais e desenvolvimento de habilidades, já que no contexto indiano, as meninas adolescentes são vulneráveis a negligência física e educacional.

O Swaniti¹⁶, um site oficial da Índia, informa que a desnutrição é mais comum na Índia do que na África subsaariana, com mais de 90% das meninas relatadas como

15 https://www.nhp.gov.in/janani-suraksha-yojana-jsy-_pg

16 http://www.swaniti.com/wp-content/uploads/2014/03/Sabla_web_final.pdf

anêmicas. E além disso, as meninas adolescentes tem uma taxa de abandono escolar muito maior do que os meninos.

Essa negligência impede a formação e o progresso das meninas e das mulheres na sociedade indiana, e por esse motivo, o projeto foi criado.

No mais, outros projetos foram criados, como o *Scheme for Working Women Hostel*¹⁷ de 2017, que ajudou as mulheres no acesso a moradias de mulheres trabalhadoras ou indefesas, e o STEP¹⁸ (*Support to Training and Employment Programme for Women*), que visa fornecer habilidades que proporcionem empregabilidade às mulheres e fornecer competências e habilidades que permitam às mulheres se tornarem autônomas e empresárias.

Os debates não ficaram focados só nesses projetos, mas também na agenda política eleitoral, em que, segundo Khanday *at all.* (2015), foram feitas tentativas de aprovar uma legislação para que as mulheres pudessem usufruir de um terço da cota nas assembleias estaduais e nacionais, e que isso seria uma indicação clara do próprio investimento da Índia na dimensão de igualdade de gênero na política. “A aprovação da Lei da Reserva Feminina no Rajya Sabha¹⁹ em 9 de março de 2010 marcou uma virada histórica da democracia indiana.” (Khanday *at all*, 2017)

Depois de ser aprovado no Rajya Sabha em 2010, o projeto de lei, que previa 33% de reserva para mulheres no Parlamento e nas Assembleias Legislativas, foi enviado ao Lok Sabha²⁰ para aprovação, mas não foi aceita.

E, em agosto de 2014, a presidente do Congresso, Sonia Gandhi, fez uma proposta para a aprovação da Lei das Mulheres, e então honrar o compromisso com as mulheres indianas. No entanto, mesmo com a luta de Sonia Gandhi, as mulheres indianas ainda não conseguiram as suas reservas.

A representação das mulheres no Parlamento sempre foi baixa. Segundo Mokta (2014), “as mulheres não compartilham o poder de tomada de decisão e não estão envolvidas na formulação de políticas na democracia indiana na proporção de sua força numérica.”

¹⁷ <https://www.pradhanmantriyojana.co.in/working-women-hostel-scheme/>

¹⁸ https://www.startupindia.gov.in/content/sih/en/government-schemes/support_to_training_and_employment_programme.html

¹⁹ Rajya Sabha é a câmara alta do Parlamento da Índia.

²⁰ Lok Sabha é a câmara baixa do Parlamento da Índia.

3.3 Representação Feminina no 17º Lok Sabha

O Lok Sabha é a câmara baixa do Parlamento da Índia, e é constituído por representantes do povo escolhidos em uma eleição direta, e como já falado no decorrer desse capítulo, as mulheres indianas lutam para participarem de uma parte do parlamento.

Uma representação forte começou a partir da 16º Lok Sabha, em que o parlamento teve uma representação de 61 membros mulheres, em que sua oradora também foi uma mulher.

Em 2019, na 17º Lok Sabha, segundo o Jornal The Hindu, as mulheres tiveram uma representação de 14.4% no Lok Sabha, ou seja, atingindo um recorde de 78 representantes mulheres eleitas pela população.

Nessa época, o primeiro ministro da Índia, Narendra Modi, informou que “esta é a primeira vez na Índia Independente que um grande número de mulheres parlamentares está sentado no Parlamento. Isso foi possível devido ao poder das mulheres”. Isso é uma conquista que precisa ser reconhecida mundialmente. As mulheres cada vez mais vem conquistando o seu espaço na política, o que resulta numa pequena mudança, mesmo que no início, na sociedade patriarcal indiana.

3.4 Empoderamento econômico das mulheres

O desenvolvimento do empoderamento econômico para as mulheres depende dos recursos disponíveis e se as mulheres tem as habilidades para usá-los. Além disso, depende do acesso das mulheres a oportunidades econômicas e do controle sobre seus benefícios econômicos.

A ONU Mulheres vem trabalhando fortemente na questão do empoderamento econômico das mulheres, que nada mais é que a luta por direitos iguais das mulheres a ter acesso aos recursos econômicos, já que ao decorrer dos anos, esses direitos foram os que menos avançaram durante as últimas décadas.

Segundo a ONU India, as mulheres na Índia representam 29% da força de trabalho, menos de 35% em 2004. Mais da metade do trabalho realizado por mulheres na Índia não é remunerado e quase todo ele é informal e desprotegido. Além disso, as mulheres também são excluídas do sistema financeiro formal. Quase metade das mulheres indianas não tem um banco ou contas de poupança no seu próprio nome, para o uso próprio, e 60% das mulheres não tem bens valiosos em seu nome. E, claro, que

isso vai afetar diretamente o PIB da Índia, em que as mulheres tem uma contribuição menor, de 17%.

Mas essa pequena participação no PIB da Índia não é porque as mulheres não são capazes, mas sim porque elas enfrentam obstáculos ao longo do processo.

Um dos principais obstáculos ao empoderamento econômico das mulheres é a dependência da sociedade do trabalho não remunerado das mulheres, seja em casa ou no mercado (no setor agrícola, por exemplo). Isso resulta em aumento da pobreza das mulheres, restringindo sua capacidade de se engajar no trabalho remunerado e formal.

Remover e superar muitas das barreiras ao empoderamento econômico das mulheres exigirá uma mudança estrutural dentro das instituições sociais para promover ativamente a igualdade de gênero e os direitos das mulheres. Inclusive nas relações familiares onde esse trabalho não remunerado é desigualmente distribuído recaindo sobre as mulheres toda a responsabilidade sobre este, o que, por sua vez, impede sua participação mais efetiva nas atividades econômicas remuneradas.

É necessário um enfoque específico nas mulheres, dado que as mulheres são maioria entre os grupos economicamente desfavorecidos. As estruturas de poder e as normas sociais de gênero prendem tanto as mulheres quanto os homens em posições que limitam sua produtividade e capacidade de fazer escolhas para melhorar sua situação.

É com essa situação, que a ONU Índia vem se preocupando, e tem trabalhado para que exista a oportunidade das mulheres crescerem em relação ao seu envolvimento na esfera econômica produtiva.

Pesquisas da ONU Índia dizem que o FMI estima que a participação igual das mulheres na força de trabalho aumentará o PIB da Índia em 27 por cento até 2025, mas isso vai depender da oportunidade e da abertura da Índia para incluir as mulheres. Além disso, essas pesquisas informam que as mulheres gastam 90% de sua renda com suas famílias e, que se as mulheres forem economicamente capacitadas, aumentariam a demanda, vão ter filhos mais saudáveis e com melhor educação e aumentam os níveis de desenvolvimento humano. Um em cada três líderes do setor privado relatou que os lucros aumentaram como resultado dos esforços para empoderar as mulheres nos mercados emergentes.

Segundo Thanikaivel *at.all* (2017),

Apesar de sua economia em crescimento (com um PIB de 7,3% em 2014-15), questões como pobreza persistente, corrupção, clientelismo e desigualdade continuam a perturbar o ethos social e econômico na Índia. As mulheres continuam a ser excluídas

nos domínios social, econômico e político, o que mostra a atenção inadequada ao crescimento inclusivo e às relações de gênero desiguais.

A Índia ocupa a 112ª posição entre 153 países no índice de desigualdade de gênero pelo Global Economic Gap Index do Fórum Econômico Mundial (2019-2020). A situação econômica só vai melhorar quando as mulheres indianas começarem a trabalhar, e serem ativas no país.

A igualdade de gênero beneficia homens e mulheres, mas como as mulheres são economicamente marginalizadas em maior medida, é importante falar e debater sobre o empoderamento das mulheres, e principalmente o empoderamento econômico das mulheres. Isso não significa que o empoderamento de outros grupos estão sendo negligenciados, e sim que as mulheres possam a ter oportunidade de estudar, de trabalhar e de contribuir para a economia, fazendo assim, a Índia se desenvolver mundialmente e melhorar a qualidade de vida da sua sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a grande importância do feminismo na vida social, são necessários debates e estudos para que o assunto seja cada vez mais disseminado e muito bem aceito pela sociedade, principalmente pela mulher.

Os indivíduos têm uma visão de que o feminismo não é praticado em regiões como a Índia, e que a luta não tem seu resultado, muitas vezes tendo o movimento bastante criticado. Com isso, este trabalho mostrou que o movimento feminista vem salvando a vida de muitas mulheres, e não só no mundo ocidental.

A Índia foi o ambiente de pesquisa, e foi mostrado que, mesmo que as mulheres tenham seus problemas na sociedade patriarcal, o movimento vem conquistando cada vez mais os direitos civis, políticos e fazendo de tudo para preservar a vida e a integridade feminina.

No primeiro capítulo foi analisado a questão de gênero de forma geral, o contexto histórico do feminismo tanto no ocidente, quanto no oriente, especificamente na cultura hindu., em que foi possível observar que mesmo sendo culturas diferentes (ocidente e oriente), eles são parecidos, porém não são iguais.

O trabalho mostrou no segundo capítulo qual foi o papel da mulher na Índia no pré independência e logo depois que a Índia se tornou independente, e que, devido a grande desigualdade de gênero e também a luta por sua independência, o país passou por grandes problemas econômicos, e as mulheres indianas passaram a ajudar no desenvolvimento da Índia, sendo nesse período criado várias organizações e direitos de apoio a mulher para que ela tivesse sua liberdade de estudar, trabalhar e de viver.

Além disso, foi possível observar a grande violência que as mulheres sofriam e sofrem, principalmente a violência física, como o estupro.

O estupro contra as mulheres é um grande problema na Índia, e é por esse motivo que as mulheres nos últimos anos tem saído as ruas para lutar a favor de sua liberdade, e não serem mais violentas, principalmente depois do caso da jovem estudante que foi brutalmente estuprada quando estava voltando para casa depois de ter saído com um amigo. Esse episódio na história da Índia revoltou as mulheres, e elas resolveram pedir por justiça e buscaram ainda mais os seus direitos perante a legislação indiana. Foi assim que elas conseguiram conquistar alguns dos seus direitos, como a Lei de Proteção as Mulheres contra a Violência Doméstica.

No terceiro capítulo, o assunto abordado foi o empoderamento feminino e a resistência da mulher indiana, em que abrange a importância do poder da mulher, e o que isso pode influenciar na sociedade patriarcal.

Uma mulher indiana empoderada consegue conquistar o seu espaço, mas depende de algumas variáveis como a sua casta e seu lugar na sociedade. Mas, mesmo com essas variáveis, verifica-se que a igualdade de gênero está incluída na Constituição da Índia, e isso já se torna um grande passo e uma grande conquista das mulheres do país.

A Índia participou de algumas convenções internacionais, pois passou a ver que o empoderamento feminino era importante para o desenvolvimento da política e da economia do país, tanto que em 2001 foi criada a Política de Empoderamento da Mulher que promoveu a participação das mulheres na sociedade.

Além disso, as mulheres passaram a ter uma melhor representação no Parlamento da Índia, tendo um recorde de 78 representantes mulheres eleitas para o 17º Lok Sabha em 2019.

Por fim, foi mostrado a importância das mulheres no meio econômico, em que a ONU Índia vem trabalhando para a participação das mulheres, para que elas possam crescer e desenvolver a economia do país.

Apesar do governo indiano estar trabalhando para melhorar o status da mulher no país, a Índia ainda ocupa a 112ª posição entre os 153 países no índice de desigualdade de gênero, e é preciso melhorar ainda mais.

E, concluímos que, mesmo com uma evolução lenta, as mulheres tem conquistado o seu espaço e ganhando a visibilidade necessária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira, LONGHI, Márcia. **Para compreender gênero: uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres.** In: SCOTT, Parry. LEWIS, Liana. QUADROS, Marion Teodósio de, (orgs) Gênero, Diversidade e Desigualdades na Educação: interpretações e reflexões para formação docente. p. 80. Editora Universitária - UFPE. 2009. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/gnero+diversidade+e+desigualdade+na+educa_o.pdf/fdda0d28-41f4-4145-bb34-e0013193a9cb>

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: A Experiência Vivida.** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BERTH, Joice. **Filha da Índia e a cultura do estupro: porque os homens ainda são ensinados a estuprar?** In: Justificando, mentes inquietas pensam Direito. 2016. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2016/03/08/filha-da-india-e-a-cultura-do-estupro-porque-os-homens-ainda-sao-ensinados-a-estuprar/>>

CARLOTO, Cássia Maria. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais.** Paraná, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm>

FRANCO, Clarissa. **Feminismo Islâmico: uma consciência emergente de gênero em negociação e resistência à laicização.** In: Espiritualidades contemporâneas e direitos humanos. Capítulo 7. Edições Terceira Via, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://espdialogo.files.wordpress.com/2018/05/espiritualidade_direitos_humanos.pdf>

HARDING, Sandra. **A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 7, jan. 1993. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984>>

HARDING, Sandra. **Feminism and Methodology: Social Science Issues.** 1987.

HEILBORN, Maria Luiza. **De que gênero estamos falando?** In: Sexualidade, Gênero e Sociedade ano 1, nº 2 CEPESC/IMS/UERJ, 1994. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/de%20que%20genero%20estamos%20falando.pdf>>

KHANDAY, Mohd Ishaq. SHAH, Bilal Ahmad. *at all.* **Empowerment of Women in India-Historical Perspective.** In: European Academic Research. Vol. 2, edição 11, fevereiro 2015. Disponível em: <<http://euacademic.org/UploadArticle/1370.pdf>>

KRISHNAN, Kavita. **CULTURA DO ESTUPRO E MACHISMO NA ÍNDIA EM GLOBALIZAÇÃO:** Como a política, economia e ideologia de castas influenciam os direitos das mulheres na Índia. In: Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos. 2015. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2015/12/19_SUR-22_PORTUGUES_KAVITA-KRISHNAN.pdf>

LAURETIS, T. **A tecnologia do gênero.** In: HOLLANDA, B.H. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. Disponível em: <<http://marcoareliossc.com.br/cineantropo/lauretis.pdf>>

LOPEZ, Caetana Caceres. **COTAS ELEITORAIS: a participação das mulheres na política argentina e brasileira.** In: Núcleo de Estudos de Gênero. Caderno Espaço feminino, v.29 n.2, 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/35906>>

MARSHALL. **Rape Culture.** In: Women's center. Disponível em: <<https://www.marshall.edu/wcenter/sexual-assault/rape-culture/>>

MELLO, Erica. **Estudos de gênero no âmbito das Ciências Sociais: material de apoio para o professor de Sociologia do Ensino Médio.** Estágio Supervisionado em Ciências Sociais – FFLCH, USP, 2010.

Misra, Jugal Kishore. **EMPOWERMENT OF WOMEN IN INDIA.** The Indian Journal of Political Science, vol. 67, no. 4, 2006, pp. 867–878. Disponível em: <www.jstor.org/stable/41856270>

MOKTA, Mamta. **Empowerment of Women in India: A Critical Analysis.** Indian Journal of Public Administration, v. 60, n. 3, July 2014. Disponível em: <<https://www.amu.ac.in/emp/studym/99996998.pdf>>

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 59-80, maio 2013. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100004>>

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ONU INDIA. **Gender Equality: Women's Economic Empowerment.** Disponível em: <<https://in.one.un.org/unibf/gender-equality>>

ONU MULHERES. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.** Cedaw, 1979. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf>

OUTRAS MÍDIAS. **A cultura do estupro ronda a Índia.** Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-cultura-do-estupro-ronda-a-india/>>

PANDE, Rekha. **A história do feminismo e do gênero na Índia.** Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 26, n. 3, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2018000300905&lng=en&nrm=iso>

PATEL, Vibhuti. **Women's Struggles & Women's Movement in India.** In: Europe Solidaire Sans Frontières. 2012.

PETERSON, Spike V.; RUNYAN, Anne S. **Global Gender Issues – Dilemmas in World Politics**. Colorado: Westview Press, 1999.

SARDENBERG, Cecília. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista**. NEIM/UFBA, Bahia, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>>

SOUSA, Renata Floriano de. **Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 9-29, abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100009&lng=pt&nrm=iso>.

SYLVESTER, Christine. **Feminist Theory and International Relations in Postmodern Era**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

TICKNER, Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. Columbia University Press, Nova Iorque, 1992. Disponível em: <<https://ces.uc.pt/ficheiros2/files/Short.pdf>>

TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2001.

UPADHYAY, Reecha. **WOMEN'S EMPOWERMENT IN INDIA: An Analytical Overview**. In: The Asia Foundation. Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://asiafoundation.org/resources/pdfs/womensempowermentindiabriefs.pdf>>

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report**. Suíça, 2020. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2020.pdf>